



Diário da Sessão n.º 072 de 20/03/03

Presidente: O primeiro ponto do **Período da Ordem do Dia** é constituído pela apresentação e debate da **Proposta de Resolução - “Prevenção da indisciplina na escola”**.

Para proceder à sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A indisciplina é um factor de perturbação no funcionamento da Escola. Não sendo ainda um fenómeno generalizado e de contornos muito preocupantes na Região Autónoma dos Açores, é, todavia, um problema potenciador do aumento da insegurança e do surgimento da violência no espaço escolar.

A identificação e compreensão das principais causas da indisciplina na Escola são tarefas nas quais se deve envolver determinadamente a comunidade educativa – professores, estudantes, funcionários e pais. Ora, a concretização deste desiderato convoca meios logísticos, competências e poderes de decisão nem sempre facultados aos actores do processo educativo. Ao mesmo tempo importa reconhecer que as vertentes pedagógicas de combate e prevenção da indisciplina são complexas, transversais a todo o espectro educativo, e implicam estratégias concertadas de médio e longo prazo, isto é, de vida útil igual ou superior a um ciclo de escolaridade.

Desde logo, é fundamental a realização de um estudo pluridisciplinar prospectivo das dimensões afectiva, sociológica, cultural e educativa da indisciplina no espaço escolar, mas a falta desse instrumento não impede, antes aconselha, a adopção de medidas múltiplas, preventivas dos



fenómenos disfuncionais e indutoras de harmonia. Esperar por conclusões e condições ideais para actuar “é abrir a porta a uma inércia paralisante”.

Nunca é cedo para agir neste domínio problemático e sempre absolutamente insolúvel. Torna-se urgente conjugar esforços e vontades antes que seja irremediavelmente tarde.

Considerando todos estes pressupostos, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou, em devido tempo, na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, uma Resolução que recomenda ao Governo a adopção de um conjunto de medidas de prevenção e dissuasão da indisciplina em ambiente escolar.

Entre as propostas adiantadas, consta a realização de módulos de formação contínua para professores e pessoal não docente, sobre a indisciplina e a violência, considerando que os agentes de acção educativa devem ser destinatários de uma formação específica adequada às suas funções.

O reforço dos mecanismos de prevenção e dissuasão da indisciplina, através de equipas especialidades de apoio sócio-pedagógico, e dos meios controlo do acesso aos estabelecimentos escolares, designadamente através da instalação de mecanismos electrónicos de observação à distância, são acções igualmente preconizadas.

É ainda essencial que seja evitada a sobrelotação das escolas, por esta ser um factor encorajante da indisciplina e do acréscimo da insegurança, e se dê especial atenção na distribuição de turmas pelos professores, de modo a assegurar às mais problemáticas acompanhamento educativo eficaz e adequado.

Para prevenir e combater os fenómenos de indisciplina na escola importa estimular a participação regular e a co-responsabilização dos pais na



implantação de um clima de coesão, propício à aprendizagem da cidadania e à vivência de práticas solidárias.

O alargamento dos apoios às associações de estudantes nas experiências de mediação de alunos que se destinem a atenuar e prevenir surtos de indisciplina e a aposta no desporto escolar como factor de desenvolvimento pessoal e afirmação do protagonismo social do aluno, são estratégias possíveis para garantir maiores índices de segurança e convivência nos estabelecimentos de ensino.

Entendeu, e bem, a Comissão de Assuntos Sociais desenvolver um processo de auscultação da comunidade educativa sobre esta proposta legislativa. Foram desafiados a participar os órgãos de Escola, as associações de pais e de alunos, os departamentos curriculares e os sindicatos. Poucas vezes terá uma iniciativa deste Parlamento obtido um índice de participação tão elevado. Trinta e cinco entidades responderam ao repto, confirmando a pertinência do tema e a necessidade de sobre ele serem tomadas medidas concretas. Genericamente todas as respostas foram favoráveis ao documento. Na especialidade, professores, pais e alunos fizeram a sua apreciação às medidas preconizadas, melhorando significativamente a reflexão em torno da problemática da indisciplina no espaço escolar e, sobretudo, na futura adopção de medidas preventivas desse fenómeno.

Valeu a pena o esforço. Agora, a boa vontade de todos é condição essencial para levar de vencida este desafio. Porque mais vale prevenir do que remediar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)



Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Resolução agora em discussão intitulada “Prevenção da indisciplina na Escola” aponta e recomenda ao Governo Regional a promoção nas Escolas dos Açores de um conjunto de medidas de modo a prevenir fenómenos de indisciplina e violência.

Esta temática apesar de não ser preocupante nas nossas Escolas, sendo nula em muitas delas, apresenta em algumas, em especial nos centros de maior densidade populacional uma expressão que importa chamar a atenção de modo a que não se atinja a dimensão de outros espaços do nosso país, de modo particular, o fenómeno de violência.

A Proposta apresenta assim pertinência, apesar de desde há muito ser uma preocupação das várias entidades com responsabilidade no domínio da Educação, desde o Governo, responsáveis pela gestão dos estabelecimentos escolares, professores, até pais e encarregados de Educação.

Para esta Proposta foram pedidos pareceres aos Conselhos Executivos, Assembleias de Escola, Associações de Pais e Estudantes e foram ouvidos os sindicatos do pessoal docente, tendo todos de uma forma clara manifestado o seu apoio às medidas propostas, apresentando sugestões e questões sobre as mesmas. Importa destacar que responderam ao pedido do parecer da Comissão de Assuntos Sociais trinta e cinco das entidades às quais se havia pedido parecer, mostrando o interesse e o cuidado que esta matéria merece.

Sobre a temática da indisciplina e da violência cito o Preâmbulo do parecer da Assembleia de Escola da Área Escolar da Horta



“A prevenção da indisciplina e da violência na escola não deve, limitar-se à sala de aula, muitos menos ao espaço atribuído a uma determinada matéria de ensino. Pelo contrário, a indisciplina e a violência na escola, deve ser abordada numa perspectiva transdisciplinar e em colaboração com vários parceiros educativos.

Não se pode por isso, olhar a indisciplina e a violência de uma forma redutora ou seja, centrada na escola e nos alunos.

O tratamento desta matéria, requer a abordagem de outras vertentes nomeadamente de natureza sociológica e no domínio cultural, educativo e mesmo económico das famílias inseridas no território educativo de cada estabelecimento de ensino” (fim de citação)

Hoje mais do que nunca se deve abordar o problema da indisciplina para além do espaço escolar, o número alunos aumentou, atinge todas as classes na escolaridade obrigatória e para além desta, trazendo para a escola as mais variadas problemáticas sociais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os pareceres vindos das nossas escolas apontam estas problemáticas e mais do que as infraestruturas físicas escolares apelam para uma maior participação dos pais e encarregados de educação na participação no processo educativo dos seus educandos. Indicam mesmo que acções previstas numa das medidas para professores e pessoal não docente que sejam frequentadas pelos pais, visto alguns dos comportamentos mais desviantes, surgirem em primeiro lugar no meio familiar.

Cito algumas sugestões que neste âmbito chegaram à Comissão, de algumas escolas:

“Em relação ao ponto um, concordamos com a formação sugerida, mas pensamos que esta deveria ser dirigida especialmente aos encarregados de



educação”. – assim diz o Núcleo da Educação Especial da área escolar da Horta

Os professores do 1.º ciclo do ensino básico – Programa Oportunidade, – EB 2, 3 Vila Franca do Campo dizem:

“Relativamente ao ponto número um, os pais e encarregados de educação também deveriam ser contemplados com acções de formação ou de sensibilização sobre a indisciplina e a violência. Pois o comportamento violento ou indisciplinado da criança não surge de um dia para o outro; é possível detectá-lo e impor os meios para remediá-lo a tempo.”

A problemática da formação dos professores com Despacho Normativo n.º 44/2002, de 19 de Setembro, cabe a cada orgânica do sistema educativo regional elaborar um Plano de Formação Contínua do Pessoal Docente, destinado a satisfazer as necessidades específicas de formação contínua do seu corpo docente. Dado o empenho que estas tiveram na pronúncia sobre a matéria em causa, leva a acreditar que este será um dos temas abordados em futuras acções de formação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A sobrelotação das escolas, o número de alunos por turma, as infraestruturas físicas escolares e os seus equipamentos têm sido preocupação dos Governos do Partido Socialista e várias vezes têm sido debatidos neste Plenário. Os Investimentos nas Construções Escolares e na sua manutenção, não foram ainda os suficientes para debelar todas as situações existentes, mas a Região apresenta um panorama muito distinto do encontrado pelo PS quando chegou ao Governo. Hoje turmas com 30 alunos só muito pontualmente encontramos nos Açores. A Escola EB 2,3 de Vila Franca, a Emiliano de Andrade de Angra do Heroísmo, a dos



Arrifes ou das Capelas são situações que importa resolver de modo a que na nossa Região as escolas atinjam os mesmos padrões.

Os fenómenos de violência muitas das vezes dão-se noutros espaços escolares que não as salas de aula, levando a que muitas das escolas exigem um maior número de auxiliares, entendemos que o rácio funcionário/aluno é uma referência para cada escola, todavia poderá haver diferenças pela tipologia das estruturas dos estabelecimentos, mas não é só com o número de auxiliares que se combate esta problemática, mas sim com horários dos alunos, a assiduidade dos professores e a sua substituição de modo a que o alunos estejam ocupados nas horas que estão na escola.

Sobre esta matéria o Presidente do Conselho Executivo da Escola das Laranjeiras no Correio dos Açores no passado dia 9 de Março pronunciava-se do seguinte modo:

“A situação alterou-se muito nos últimos tempos, devido a vários factores. Os horários foram melhorados, nomeadamente as horas de saída dos alunos. Ou seja, a partir das 16 horas praticamente não temos alunos dentro da escola. Depois, temos menos intervalos porque as aulas têm a duração de 90 minutos, o que faz com que os alunos tenham menos tempo livre dentro do espaço escolar. Não é líquido que a melhoria ao nível da violência tenha surgido apenas devido a estes factores, mas tenho a certeza que os mesmos terão contribuído para atenuar a situação. Por outro lado, o facto de o sistema de formação dos professores ter sido alterado (cada escola tem uma janela específica num determinado período), também tem contribuído para isso. Não há autorizações ao longo do ano lectivo para formação como acontecia até há pouco tempo e a presença dos professores é cada vez mais notada. A diminuição do absentismo dos professores, que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

se nota mais este ano, em termos gerais, também permite que haja um melhor controlo sobre a situação”. (fim de citação)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Hoje nas quarenta e uma orgânicas educacionais da Região encontram-se colocados nos quadros 30 Psicólogos e no próximo mês Abril serão colocados mais 17, ficando os quadros destas orgânicas com 47 técnicos superiores no domínio da Psicologia. Nas Escolas estão atribuídas mais de 4.938 horas destinadas a apoios e substituições ao abrigo da Portaria 31/2001 levando a que estejam criadas condições para que se possa minorar ou prevenir situações que antes não estavam salvaguardadas.

Para o Partido Socialista esta Proposta contribui e reforça medidas para minorar a problemática da indisciplina. Iremos votar a favor com as alterações propostas na Comissão, mas será com empenho de todos, desde as famílias, ao Governo com suas políticas sociais e educacionais, às escolas e aos professores, que poderemos prevenir algumas das situações relacionadas com a indisciplina e a violência.

Termino citando um dos aspectos referidos no parecer da Assembleia de Escola da Escola Básica 2,3 Canto da Maia:

“Temos consciência que a indisciplina é um problema complexo, por não haver modelos de respostas para a sua solução; cabe-nos, no entanto, tudo fazer e unir esforços para prevenir situações complicadas de gerir no futuro.”

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.



Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para manifestar a nossa posição favorável e o nosso apoio a esta Proposta de Resolução.

O CDS/Partido Popular entende que é fundamental a disciplina nas escolas e que as medidas aqui propostas contribuem para uma melhoria neste campo.

É fundamental por dois motivos essenciais que não podem ser dissociados um do outro:

O primeiro tem a ver com a própria instrução de cada criança e de cada jovem. Tem a ver com a possibilidade de cada um estar num ambiente agradável em que não há, por normalidade, comportamentos que se desviam da mesma.

Em segundo lugar, porque tem em conta aquela frase que o nosso povo bem diz e que tem a ver com a velha expressão “de pequenino é que se torce o pepino”.

Faz parte da formação e da educação o espírito de inculcar nos nossos jovens e nas nossas crianças essa noção de respeito, de disciplina, de que viver num ambiente agradável é um ambiente em que todos se respeitam, em que as pessoas sabem que há algumas regras.

É por isso que não poderia deixar de dizer que, para nós, o fundamental agora é que num futuro próximo, na Região, seja feita a aplicação do Estatuto do Aluno, essa sim, uma matéria que vem responder de uma forma bastante importante, para além destas medidas que são de carácter preventivo, à questão da disciplina nas escolas.

Sei que o Governo Regional está a preparar esta matéria. Quero dizer que o Grupo Parlamentar do CDS/PP aguarda com bastante expectativa e quando



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

esse diploma surgir aqui, façamos o debate à volta dele e que seja sobretudo um diploma de medidas corajosas que contemple aquilo que, para além destas que estamos aqui a aprovar, são as que efectivamente levam à prática mais do que alguns considerandos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu subscrevo uma parte da intervenção que o Sr. Deputado Joaquim Machado fez sobre a matéria da proposta que está aqui em discussão.

Os problemas da indisciplina são muito complexos e cada escola tem que ter uma resposta adequada à situação específica, já que as respostas não podem ser universais e nunca o poderão ser.

Sobre a matéria em causa, na área das ciências da educação, tem-se produzido um volumoso corpo de teoria e também de prática que leva à conclusão que esta é uma das temáticas centrais no funcionamento do nosso sistema educativo.

A proposta que foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, com as alterações que resultaram da Comissão após a audição das diversas escolas e do interesse que essa matéria disputou nas mesmas, colhe um grande consenso e pude verificar isso na reunião com os conselhos executivos.

Nestas circunstâncias o Governo, e até porque se trata de matéria que vem de acordo com as políticas que o Governo tem vindo a seguir, está de acordo e manifesto aqui esse acordo. Da nossa parte faremos os possíveis para colocar em prática aquilo que ainda não está em curso.

Muito obrigado.



Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para registar a nossa posição em relação à matéria em apreciação. Essa posição será de voto favorável a esta Proposta de Resolução com as alterações que foram também aprovadas em Comissão.

Consideramos que a matéria em apreciação é importante na medida em que hoje – e ficou claro em relação à audição que fizemos às escolas – é uma preocupação os problemas que se começam a verificar de indisciplina e violência nas nossas escolas.

Já foi referido aqui que recebemos posições de diversas escolas e de diversos órgãos de muitas escolas e tivemos oportunidade de, sobre esta matéria, ouvirmos os representantes dos professores, as organizações sindicais.

Toda a discussão feita à volta da matéria, quer em Comissão, quer através das audições, consideramos que foi enriquecedora para todo este processo.

Não é por acaso que algumas organizações sindicais chamaram a atenção da Comissão para problemas que cada vez mais começam a aparecer nas nossas escolas, para os quais tem que haver resposta.

Recordo, por exemplo, que foi falado nessas audições nalgum absentismo de alunos. Esta matéria é preocupante e todos os responsáveis devem-se preocupar com ela.

Também foi referido, por algumas escolas, a falta de espaços, necessários e importantes para os próprios estudantes.

Um dos sindicatos referiu a falta de psicólogos e de assistentes sociais para dar aquele apoio que é fundamental para que possa haver um bom ambiente escolar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Foi referida a constituição de turmas e, segundo o seu sindicato, há exagero em algumas turmas, nalgumas das nossas escolas.

Também chamaram-nos a atenção para a necessidade de procurar chamar mais os pais às escolas, introduzir mais na preocupação dos pais os problemas que são do dia a dia das escolas.

Um dos sindicatos também refere que há algumas escolas problemáticas para as quais há que haver uma maior atenção em relação aos problemas de violência e aos problemas de indisciplina.

Há também uma organização sindical que nos refere a necessidade de haver uma grande preocupação para que a escola vá de encontro aos interesses dos próprios alunos. Davam-nos exemplos e diziam que há alunos que introduzem-se na disciplina do desporto. Questionavam-nos por que razão não se lhes vai criar interesses nas próprias aulas onde eles têm apetência para serem disciplinados?

Estas matérias foram trazidas à colação em relação a esta Proposta de Resolução. Penso que elas têm interesse e devem ser motivo da nossa preocupação como representantes desta Região neste órgão, mas também penso que elas devem ser preocupação de todos os responsáveis e das próprias escolas.

Por isso mesmo, entendemos que esta Proposta de Resolução é positiva, tem aspectos importantes e vamos dar o nosso voto favorável.

Presidente: Srs. Deputados, a questão está debatida.

Como sabem existem propostas de alteração oriundas da Comissão. O Partido Social Democrata subscreve essas propostas, tal como o Partido Socialista. Pelas declarações dos outros grupos parlamentares, existe unanimidade quanto a esta matéria.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Portanto, sem mais demoras, nós fazíamos a votação em conjunto, sem necessidade de discussão e votações na especialidade, compreendendo-se nesta votação o texto original e as propostas de alteração que vêm da Comissão.

Se não houver objecção da Câmara, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: A Proposta baixa à Comissão para redacção final.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para que, uma vez mais, fique claro nesta Casa a posição que nós tomámos e foi tomada deliberada e conscientemente.

Sobre esta Proposta de Resolução ouvimos conselhos directivos das escolas, assembleias de escola, associações de pais e de estudantes, os sindicatos, quer em parecer escrito, quer em audições e trabalhámos em Comissão.

Para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e para o Governo do Partido Socialista na Região Autónoma dos Açores, independentemente da origem das propostas, desde que elas tenham a ver com aquilo que foi o nosso programa eleitoral e o nosso programa de governo, nós estamos aqui para votar sempre a favor.

Votámo-la conscientemente, porque sabemos que vem ao encontro daquilo que este Governo tem estado a fazer. Estamos de acordo independentemente de ter vindo do maior partido da oposição.



Deputados Vasco Cordeiro e Dionísio Sousa (PS): *Muito bem!*

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Resolução da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata que agora acabámos de aprovar por unanimidade, pode ser uma regra, uma excepção àquilo que tem sido regra nesta Casa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Porque chegou à votação. As outras não chegaram!

O Orador: Não cremos que esta tenha sido a primeira e a única vez que aqui trouxemos uma ideia e uma proposta válida para ajudar a enriquecer o sistema educativo da nossa Região.

De facto, ela inscreve-se naquilo que são os princípios orientadores das políticas que o PSD concede como sendo as melhores para o nosso sistema educativo regional e pode-se distinguir alguns aspectos das políticas empreendidas pelo Governo Regional do Partido Socialista, mas está longe de ser uma cópia do Governo Regional do Partido Socialista, naquilo que diz respeito a esta matéria.

Também é preciso que fique claro que o consenso que se gerou em toda a Região à volta desta proposta, tornava muito difícil ao Partido Socialista exercer a sua maioria, arrogante e musculada, que nalgumas circunstâncias tem aqui utilizado relativamente às propostas do PSD.

Deputado Fernando Lopes (PS): Não come um pratinho sem lhe cair em cima metade!



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O Orador: Eu espero que este aparte menos educado do Sr. Deputado Fernando Lopes fique registado no Diário das Sessões, porque há coisas que têm que ficar com quem as faz.

Eu estava a concluir que não creio que essa tenha sido, e digo com toda a sinceridade, a maior motivação do Partido Socialista para a subscrição.

Não foi esse enquadramento dos apoios que motivou o voto favorável do Partido Socialista. Aliás, isso foi bem patente nas discussões e análises que nós fizemos, mas também é preciso que se diga que o consenso e os apoios que esta nossa iniciativa recolheu em toda a Região, tornava muito difícil vir aqui dizer que não se tratava de uma boa ideia.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve declaração de voto sobre esta matéria em nome da bancada do PCP.

As propostas e os documentos que aqui discutimos têm várias origens, podem vir de um grupo parlamentar ou do Governo.

Naturalmente que o mérito de cada uma é aferido pelo seu valor próprio e pela perspectiva que os restantes partidos que a têm que discutir e sobre ela decidir, se colocam. Naturalmente que é assim e todos sabemos.

No entender do PCP, esta Proposta do PSD teve e tem mérito, porque suscitou o debate político de um problema que é sentido na sociedade e na comunidade escolar.

Por ter mérito mereceu a apreciação de muitas instituições, um estudo aprofundado que pudemos verificar através do relatório desta Assembleia, e um entendimento político que levou à sua aprovação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Isto para dizer que foi com inteira consciência desse mérito que o PCP aprovou, mas também foi com inteira consciência da importância da matéria que o PCP se empenhou na Comissão respectiva em contribuir para que se chegasse a um entendimento.

O PCP não sente nenhuma necessidade de se justificar para além disto pelo facto da origem desta proposta ser do PSD ou ser de outro partido qualquer. Não pensamos sequer que a justificação dessa necessidade seja no trabalho parlamentar uma prioridade.

As questões valem o que valem, os problemas têm ou não oportunidade, a postura política faz com que acompanhem ou não.

Quando se somam os diversos vectores, a importância do problema, o impacto na sociedade, a validade das questões e a postura política convergente, então há unanimidade. Foi o que se passou.

Oxalá haja muitas vezes. Muitas vezes há, não precisamos de nos estar a demarcar uns dos outros, quando as situações se dão.

Muito obrigado.